

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGLER PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1949-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIAN MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SÉRGIO MALLZEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Metástases do tumor autoritário



A cada dia surgem novos sintomas de abusos em nome da defesa da democracia. Ora, não se protege a Constituição violando-a nem se fortalece o Estado de Direito sem o devido processo legal

Em fevereiro passado, um jornalista português passou por interrogatório de quatro horas ao desembarcar no Aeroporto de Guarulhos. Ele havia feito críticas a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e às urnas eletrônicas em suas redes sociais. Segundo informou o diretor de Polícia Administrativa da Polícia Federal (PF), delegado Rodrigo de Melo Teixeira, a Comissão de Segurança Pública do Senado, na terça-feira passada, essa foi a razão pela qual o tal jornalista foi tratado pela PF como suspeito – sabe-

se lá de que crime. Como não há delito de opinião no Brasil, ficou claro que se tratou de abuso de autoridade – que, nestes tempos estranhos, está longe de ser isolado. Ao contrário, o caso do jornalista é apenas a mais recente metástase de um tumor autoritário que se espalha em nome da defesa da democracia.

É uma célebre alegoria do autoritarismo difuso. Diz-se que em 1968, às vésperas da instauração do AI-5, o vice-presidente Pedro Aleixo teria alertado o presidente Costa e Silva: “Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor, nem os que com o senhor gover-

nam o País; o problema é o guarda da esquina”.

Em 2021, o Congresso aprovou a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito para extirpar o risco pela raiz e garantir que todo presidente governará sob leis iguais para todos, criadas pelos parlamentares eleitos e interpretadas caso a caso com isonomia pelo Judiciário, tudo conforme a vontade soberana da Nação consagrada na Constituição. Mas não se defende a Constituição com armas inconstitucionais; não se fortalece o Estado de Direito atropelando o devido processo legal; e o melhor remédio contra os inimigos da democracia é mais, e não menos, democracia.

Em tempos normais, essas variações do princípio segundo o qual os fins não justificam os meios seriam platitudes ociosas. Mas estes não são tempos normais. A República ainda se recompõe após o abalo sísmico das invasões bárbaras aos Três Poderes, em janeiro do ano passado, e prepara-se para julgar um ex-presidente, provavelmente por tentativa de golpe de Estado.

Na raiz dos reveses impostos pelo Supremo Tribunal Federal à operação Lava Jato está a autoatribuição da 13.ª Vara Federal de Curitiba de uma espécie de competência universal contra a corrupção. Mas agora é o Supremo que parece se atribuir a condição de juiz universal de defesa da democracia.

Há cinco anos a Corte conduz inquéritos secretos e elásticos para apurar fake news. Nas mesmas condições, instaurou inquéritos contra milícias digitais e as manifestações golpistas. Sob a justificativa da excepcionalidade, her-

menêuticas extensivas e fundamentações heterodoxas motivaram censuras, bloqueios de contas, quebras de sigilos bancários e telemáticos, multas exorbitantes e indiciamentos e prisões preventivas no atacado.

Antes mesmo da apuração de um bate-boca envolvendo o ministro Alexandre de Moraes e seus familiares em Roma, o então ministro da Justiça, Flávio Dino, hoje ministro do STF, declarou que o assédio poderia ser tipificado como crime contra o Estado Democrático de Direito. O presidente Lula sentenciou que o suspeito era um “animal selvagem” e prometeu “extirpar” essa “gente que nasceu no neofascismo”. O STF assumiu a jurisdição de um caso típico de primeira instância e despachou mandados de busca e apreensão na investigação da Polícia Federal por suposta tentativa de “abolição violenta do Estado Democrático de Direito”. Um óbvio absurdo – que ameaça se normalizar. Antes do caso do jornalista português, manifestantes contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo foram detidos e autuados por “abolição violenta do Estado Democrático de Direito”. Com a mesma justificativa, um juiz de Caruaru deu voz de prisão a um delegado que o acusou de corrupção.

De tanto martelar que o País está à mercê de extremistas, magistrados como Alexandre de Moraes forjaram tipos penais adaptáveis sob medida para o guarda de esquina perseguir “fascistas”. Inebriados pela síndrome do pequeno poder, esses “superamigos” da democracia se proliferam. Mas com amigos assim, quem precisa de inimigos? ●

A infalível Doutrina Lula

Ao bajular Putin e elogiar a eleição fraudulenta, Lula e o PT ampliam histórico de apoio a ditaduras que hostilizam os valores ocidentais, rebaixando o Brasil a peão de russos e chineses

O PT do presidente Lula da Silva cumpriu fielmente o roteiro que se esperava de um partido que hostiliza democracias e aplaude ditadores só porque estes se opõem aos valores ocidentais: em “nota de saudação” assinada pelo secretário de Relações Internacionais do partido, Romênio Pereira, o comissário petista chamou de “feito histórico” a eleição do companheiro Vladimir Putin. Dirigindo-se hiperbolicamente a Dmitri Medvedev, presidente do partido Rússia Unida, vice-presidente do Conselho de Segurança daquele país e sabujo de Putin, o PT rogo pelo fortalecimento dos “laços de parceria e amizade” entre ambos e reforçou a tese delirante de que, juntos, trabalham por “um mundo mais jus-

to, multilateral e plural”. Não há limites para a Doutrina Lula, a sua política externa ancorada numa coalizão internacional antiestadunidense, o tal “Sul Global”.

A ampla disseminação da saudação petista serviu de contraponto curioso ao silêncio do Itamaraty, que até aqui não divulgou nota sobre a eleição russa, e à carta do presidente Lula, cujo teor se ignora porque o Palácio do Planalto não lhe deu publicidade. Difícil escolher o que é pior e mais vexaminoso, se o silêncio obsequioso da diplomacia brasileira neste mandato – equivalente, no caso, a uma cumplicidade envergada – ou a saudação tresloucada do dirigente do PT.

Na tal “eleição” que o PT festejou, talvez com uma ponta de inveja, o vencedor disputou sozinho (os “adversá-

rios” foram escolhidos pelo regime entre os mais leais a Putin). Muitos dos 77% de eleitores que compareceram às urnas o fizeram porque foram obrigados por patrões, chefes, forças armadas e vizinhos delatores. Além disso, a Constituição foi adulterada para permitir a nova reeleição do presidente, certamente será adulterada de novo sempre que Putin assim o desejar. Por fim, mas não menos importante, não há imprensa livre na Rússia, as instituições são todas controladas pelo regime e os principais opositores que poderiam enfrentá-lo estão todos presos ou foram assassinados.

Se o PT de Lula da Silva aplaudiu Putin, a parte civilizada do mundo tratou a coisa em seus devidos termos. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, disse que as eleições russas não foram nem livres nem justas, mesma conclusão do chanceler do Reino Unido, David Cameron. A Alemanha classificou-as de “pseudoeleições”.

Não era possível esperar nada diferente do PT. Ao bajular o tirano russo, a nomenklatura petista acrescentou mais um capítulo ao longo enredo de apoio a ditaduras e de convivência com ditadores sanguinários. A lista é extensa, fruto de uma política externa inconsistente, como definiu a revista *The Economist*, e da ideologia rupestre do lulopetismo.

Depois de Putin ter ordem de pri-

são emitida pelo Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra na agressão à Ucrânia, Lula e seu principal conselheiro na área, Celso Amorim, ofereceram-lhe solidariedade – além de dedicar um providencial silêncio diante da guerra criminosa. O presidente brasileiro também minimizou a morte do maior rival político de Putin, Alexei Navalni, provavelmente assassinado enquanto estava sob custódia do governo de Putin. “Para que pressa de acusar?”, questionou, numa prudência que raramente adota diante de crimes cometidos por seus adversários. Lula também disse acreditar nas garantias da ditadura venezuelana de que a eleição marcada para julho será limpa e livre – uma evidente impostura, diante do fato de que o ditador companheiro Nicolás Maduro controla totalmente o processo eleitoral, sufoca a imprensa, obriga eleitores a votar sob pena de perderem benefícios sociais e impede que opositores com chances de vitória concorram.

É difícil identificar o que o Brasil ganha se aproximando desse tipo de parceiro. Enquanto exercita seu conhecimento terceiro-mundismo travestido de um multilateralismo de conveniência, Lula e o PT servem de peões úteis aos interesses russos e chineses contra os Estados Unidos e a Europa e fazem o Brasil passar vergonha. ●